

Crédito de carbono

Pegue também o seu dinheiro

Arnaldo Francisco de Sousa*

PEGADA DE carbono, carbono neutro, mitigação de gases de efeito estufa, inventário de carbono. Essas são expressões com que o mundo do agronegócio deve se familiarizar de forma a aproveitar as crescentes oportunidades que esse terreno ainda obscuro pode oferecer ao setor.

Devido ao custo elevado, em princípio, a agroindústria tem mais cacife para se beneficiar com projetos de crédito de carbono. O alto custo dos inventários de carbono e a demorada implantação de um projeto de redução de emissão de gases acabam espantando muitos produto-

res rurais e outros atores do agronegócio. Contudo, nos últimos anos vem crescendo o número de escritórios ambientais especializados nos tramites necessários a formulação e implantação de um projeto desta espécie. Consequentemente, o custo vem caindo.

Os interessados devem saber que há, basicamente, dois mercados para negociar os créditos de carbono. O mercado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), regulado pela ONU, cujos projetos passam pela aprovação dos governos e o chamado mercado voluntário,

gerido pelas próprias partes envolvidas nas transações.

No Brasil, há atualmente 419 projetos de MDL, sendo 166 projetos registrados e 253 em fase de aprovação. Para os projetos aprovados houve pagamento de mais de R\$ 800 milhões de reais em 20 milhões de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), números que colocam o Brasil na terceira posição mundial em emissões de RCEs, perdendo apenas para China com 670 projetos e Índia com 469 propostas aprovadas.

Esses dados mudam a cada mês e são administrados pela Comissão Intermunicipal de Mudança Global do Clima (Cimgc) e pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conunc) que tem um comitê brasileiro.

Neste ano, o mercado de crédito de carbono deve atingir US\$ 170 bilhões, o que representa um crescimento de 33% em relação a 2009 (US\$ 136 bilhões), contra US\$ 133 bilhões em 2008 e US\$ 58 bilhões em 2007. Mas o avanço percentual de 2010 depende da aprovação do sistema de *cap and trade* dos Estados Unidos, atualmente sob análise do Congresso norte-americano. A União Europeia já lançou o seu esquema *cap and trade* em 2005, a Nova Zelândia em 2009, o Canadá e a Austrália propõem tê-los em 2010.

O presidente Lula, em 29 de dezembro de 2009, assinou a Lei 12.187 que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e que cria o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE). Mercado a ser controlado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com certificados a



serem negociado oficialmente em bolsas de mercadorias e futuros e de valores.

Agropotenciais

Atualmente, o setor agropecuário está associado a mais de dez metodologias que envolvem, entre outras, as seguintes atividades ou projetos elegíveis:

- Eficiência energética em sistemas de irrigação;
- Utilização de biomassa residual para geração de energia elétrica ou térmica;
- Coleta e tratamento de dejetos animais – redução de emissão de Metano;
- Troca de combustíveis em frotas agrícolas;
- Redução na aplicação de fertilizantes sintéticos – redução de emissões de óxido nitroso (N₂O);
- Melhorias no sistema de produção de carvão vegetal.

Os dejetos dos suínos na agroindústria, por exemplo, são os que têm o maior potencial de geração de biogás gerado pela sua decomposição anaeróbica e podem apresentar uma concentração de até 60% de metano, muito acima da média de outros tipos de dejetos orgânicos. A queima controlada do metano em equipamentos conhecidos como *flares* tem como resultado a liberação de CO₂ e vapor d'água, desta forma reduzindo em 21 vezes o potencial de aquecimento global deste gás. Esse é um exemplo do agropotencial.

Passo a passo do MDL

O crédito de carbono constitui uma unidade de redução de gases de efeito estufa, cuja eficácia do projeto de MDL deverá ser comprovada de acordo com as regras do Protocolo de Quioto, podendo os créditos ser negociados com empresas, organizações não governamentais (ONGs) ou governos de países que estejam obrigados a cumprir metas de redução desses gases.

Por convenção, 1 tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) corresponde a um crédito de carbono.

Realmente é complicado, daí a importância das consultorias especializadas em

Caminho do MDL

As etapas do Ciclo do Projeto de MDL (Mercado de Quioto) coordenados pelo comitê brasileiro são as seguintes:

1. **Elaboração do Documento de Concepção do Projeto (DCP)** pelos seus participantes;
2. **Validação do DCP** por uma Entidade Operacional Designada (EOD) e aprovação do DCP e do *Relatório de Validação pela Autoridade Nacional Designada (AND)*;
3. **Registro do DCP** aprovado no Conselho Executivo do MDL;
4. **Monitoramento das atividades de projeto** registrado como MDL;
5. **Verificação e certificação do monitoramento**, em geral, por outra Entidade Operacional Designada;
6. **Emissão das RCEs** pelo Conselho Executivo do MDL, conforme solicitado no *Relatório de Verificação/Certificação* enviado pela EOD ao Conselho Executivo;
7. **Comercialização dos créditos de carbono**. *Negociação entre países por intermédio da ONU.*

decifrar cada detalhe do Ciclo do Projeto que está detalhado em duas etapas no *Guia de Orientação de MDL* e no *Manual para Submissão de Projetos* na página da internet do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT): www.mct.gov.br

Paralelamente ao Mercado de Quioto, o Mercado Voluntário tem se mostrado de grande valia e de maior agilidade na aprovação de projetos já que são negociações entre empresas ou partes feitas em mercado aberto. As regras e normas ainda estão sendo construídas pelo mercado.

No mundo há diversas bolsas que realizam a comercialização dos créditos de carbono com opções de negociação desde os tradicionais leilões de créditos emitidos até os contratos futuros de venda, entre elas estão a CCX – Bolsa do Clima de Chicago; CCFE – Chicago Climate Exchange Futures (subsidiária da

CCX); ECX – Bolsa do Clima Europeia; NordPoll – Bolsa do Clima da Noruega. A brasileira BM&FBovespa também está preparada, conforme a demanda, para realizar os leilões de crédito de carbono.

Reflorestamento e floresta primária podem gerar créditos? Sim, mas só por meio do Mercado Voluntário que acaba por fomentar, por exemplo, projetos de reflorestamento, florestamento e de desmatamento evitado.

Em alguns estados a criação da Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN) possibilita a isenção de alguns impostos e a utilização dessas áreas para fins de educação ambiental e ecoturismo, por exemplo.

O agronegócio brasileiro deve reduzir as emissões de gases de efeito estufa, especialmente, do dióxido de carbono (CO₂). De acordo com especialistas, o mecanismo de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (Redd) que valoriza a floresta correspondente à redução de emissões provenientes do desflorestamento e da degradação florestal nos países em desenvolvimento.

Há outras denominações para o manejo sustentável das florestas e do aumento dos estoques de carbono das florestas em países em desenvolvimento (Redd+), bem como a inclusão de melhores práticas favoráveis ao não desmatamento (Redd ++).

Os projetos na área florestal ainda estão bastante incipientes no mercado regulado do Protocolo de Quioto. No mundo, são apenas 14 projetos registrados, dentre eles os de reflorestamento, conservação de solo e manejo sustentável. As áreas protegidas – Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanentes (APPs) – devem passar pelo teste de adicionalidade, segundo as regras do Protocolo de Quioto e decisões do Conselho Executivo do MDL. ■

Colaboraram com informações as consultorias: Ecosistemas, Soler, Marqui e Conde Ferreira Advogados, consultor Magno Maciel, Pinheiro Pedro Advogados e Tamila Bragança Braz, advogada ambiental.

* Assessor da presidência da SRB